



O inglês nativo como ferramenta de exclusão social: uma língua imaginária de espécies em extinção

The native English as a social exclusion tool: an imaginary language from extinct species

Manuela Correa de OLIVEIRA*

RESUMO: Este artigo apresenta parâmetros da linguística que elucidam o conceito de linguagem em seu aspecto variável no que se refere ao aprendizado de língua inglesa (NICOLAIDES *et al.*, 2013; CORREA, 2014). O presente trabalho tem como objetivo proporcionar reflexões a respeito dos contextos em que inglês é ensinado no Brasil, atentando ao desprestígio dado a variedades que destoam de uma norma de referência, ressaltando a perversidade por detrás da busca pela fluência nativa. Para tal, são destacados processos que contribuíram para o atual status do inglês como língua global, desmistificando o conceito de falante nativo sob a luz de trabalhos que tratam da problemática, como Crystal (2003), Odlin (2003), Moita Lopes (2008) e Nicolaidés *et al.* (2013). O ponto de chegada dessa reflexão é reforçar o debate quanto à dicotomia americano versus britânico no ensino de inglês a fim de sustentar a visão de um continuum sobre o qual se debruçam, igualmente, as variedades do inglês em sua concepção de língua global.

PALAVRAS-CHAVE: Língua franca. Falante nativo. Ensino de língua inglesa. Variedades linguísticas. Inglês global.

ABSTRACT: This article presents linguistic parameters which enlightens the concept of language in its variable aspect regarding the learning of the English language (NICOLAIDES *et al.*, 2013; CORREA, 2014). The aim is to provide reflections on the contexts in which English is taught in Brazil, drawing attention to the lack of prestige given to varieties that deviates from a linguistic referential. Thus, the article sheds light on the hidden agenda beneath the questionable search for a native-like fluency. Historical and social processes are highlighted as to what led English to its current global language status. I seek a demystification of the native speaker concept in the light of Crystal (2003), Odlin (2003), Moita Lopes (2008), Nicolaidés *et al.* (2013) and more. The point of arrival of this reflection is to reinforce a debate on the existing dichotomy between American versus British English in language teaching to claim a continuum in which all varieties are equally taken into account within the concept of English as a global language.

KEYWORDS: Lingua franca. Native speaker. English language teaching. Linguistic varieties. Global English.

Artigo recebido em: 10.02.2023

Artigo aprovado em: 12.04.2023

* Doutora em Linguística (UFRJ) e Professora Adjunta (UERJ/ CAp). manuela.uerj@gmail.com

1 Introdução

A linguística contribui para o maior entendimento do conceito de linguagem e da operação dos sistemas linguísticos na sociedade. Dentre as diversas perspectivas, oferece parâmetros de análise que se debruçam sobre as funções dos discursos e consideram aspectos inerentes aos sistemas, como suas regularidades e suas variações (LABOV, 1973; BAGNO, 1999; KEMMER; BARLOW, 1999; CORREA, 2014; FARACO, 2017).

Neste artigo, foco na importância da condição inerente da linguagem e seu aspecto variável, mais especificamente no que se refere ao ensino de inglês como língua adicional¹ (doravante, ILA). O trabalho tem como objetivo reforçar o debate a respeito de normas de prestígio e destacar como a valorização de certas variedades é resultado de processos políticos e históricos, que atendem a demandas específicas e que impõem o uso de determinados sistemas linguísticos em detrimento de outros (CRYSTAL, 2003). No que concerne ao aprendizado de ILA, particularmente no Brasil, destaco a supremacia estadunidense enquanto ideal de língua inglesa, servindo como modelo de fluência e de prestígio – *status* que, por vezes, também é dado ao que se denomina de inglês britânico. Ressalta também da análise a tentativa de desmistificação do conceito de falante nativo como guia prático da aquisição de uma língua, conforme também elucidado por Moita Lopes (2008) e Correa (2014), dentre outros. Assim, abordagens metodológicas que visam o aprendizado do que será tratado aqui como “língua imaginária” muitas vezes desconsideram fatores históricos que resultaram na almejada fala nativa. Ao salientarmos a importância de prestigiar toda e qualquer manifestação linguística na sala de aula de ILA, concebemos inglês em seu *status* global e questionamos posicionamentos cristalizados, que rejeitam o

¹ Neste trabalho, optei por usar, majoritariamente, as expressões “inglês como língua adicional” e “inglês como língua franca” a fim de evitar alguma nomenclatura que possa estar atrelada a padrões ou comportamentos pré-estabelecidos, como “inglês como língua estrangeira”. Ao conceber esse aprendizado como adição (LA) em lugar de substituição (LE), procuro um entendimento global da língua com foco no âmbito da inteligibilidade, mas com a preservação de uma identidade nacional.

continuum em que se encontram os diversos “ingleses” (CRYSTAL, 2003) ou que resumem a variação linguística à dicotomia inglês americano *versus* inglês britânico.

2 Variação e a arquitetura da exclusão

Os estudos linguísticos vêm, paulatina e constantemente, nos auxiliando na compreensão do conceito de variação e no entendimento da língua na sua função coletiva. A partir da necessidade do contato social, o desenvolvimento de signos na produção de significados dentro das comunidades linguísticas nos aponta para uma noção de língua cuja formação não se inicia nos livros, mas sim a partir de uma construção social (LABOV, 1973; BAGNO, 1999; FARACO, 2017). Enquanto ainda se perpetua a visão de gramática como sinônimo de língua, é comum e notório o apoio à uma norma padrão como referência de língua, no qual a sociedade conta com regras pré-estabelecidas que padronizam e unificam aquilo que é naturalmente variável (KEMMER; BARLOW, 1999; BYBEE, 2010; 2015).

Questionamentos diante de uma visão deturpada da linguagem, mesmo que lentamente ultrapassem os muros das universidades e demais ambientes da academia, são movimentos que ainda encontram resistência no senso comum. Variação linguística acaba sendo um tópico que desliza entre regionalidade e/ou coloquialidade, tangenciando as normas e ocupando lugares de informalidade. A falta de conscientização e de debates quanto à variabilidade dos sistemas linguísticos por vezes resulta na deslegitimação de determinados discursos que, por não se validarem dos tutoriais prescritos nos livros de gramática, são estigmatizados e marginalizados. Na desconsideração de todo enunciado como parte da língua, e na deslegitimação de determinados padrões sintáticos e morfofonológicos que constituem dada variedade, desconsidera-se, também, o aspecto da mudança. A partir do momento que o falar/escrever certo têm como referência única as páginas de um livro com normas, constrói-se uma imagem da língua que repousa no estado permanente e imutável das coisas.

Diante de uma gramática prescritiva, a língua, que deveria ser o bem comum compartilhado por todo e qualquer ser humano, torna-se mais um instrumento de segregação. Arquiteta-se, então, um manuseio perverso da língua, que resulta em eventuais exclusões sob forma de projeto de (des)agrupamento social no qual, aos projetistas, fora cedido o privilégio do conhecimento da norma culta, a única detentora da língua. Faraco (2008) atenta para a noção de norma que, na verdade, diria respeito à sociedade como um todo:

[...] determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros e habituais numa dada comunidade de fala. Norma neste sentido se identifica com normalidade, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (“normal”) numa certa comunidade de fala. (FARACO, 2008, p. 35)

Segundo o autor, linha argumentativa da qual este trabalho encontra respaldo, não há apenas uma norma, visto que a definição da palavra estaria relacionada a um conjunto de fenômenos linguísticos habituais de uma comunidade de fala. Ainda assim, o termo “norma” é utilizado com o sentido de preceito para designar o que possui “*caráter normativo, que serve, no interior de um projeto político uniformizador, para regular explicitamente os comportamentos dos falantes em determinadas situações*”. (op. cit., p. 74)

A binaridade norma culta *versus* demais variedades ainda é uma visão cristalizada na sociedade, cujo acesso à gramática normativa é restrito a algumas comunidades. Na falta de um processo de conscientização das possíveis consequências de pré-conceitos relacionados às línguas, as camadas dominantes - detentoras do poder e dos meios de comunicação - impulsionam e aceleram o projeto ao rejeitarem as demais manifestações de discursos que não se valem da norma prestigiada. Consequentemente, indivíduos são descartados dos seus papéis de negociação no meio social por não terem seus discursos validados pelos seus semelhantes. A língua

é, portanto, um instrumento de manipulação e separação, em seus mais variados contextos.

3 Línguas sólidas em tempos fluidos

Em sua inerente dinamicidade, a língua está em constante mutação, moldando e sendo remoldada pelo conhecimento linguístico, atendendo às situações contextuais e às demandas do discurso. As mudanças linguísticas, por serem contínuas, alteram configurações estruturais sem haver perda da plenitude estrutural ou do potencial semiótico (FARACO, 2005). Ainda que estejam em movimento, as línguas “nunca perdem seu caráter sistêmico e nunca deixam os falantes na mão. (...) [elas] mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados.” (*op. cit.*, p. 16). Para ilustrar essa percepção, Bybee (2010) lança mão de uma metáfora na qual a linguagem é comparada a dunas de areias, que aparentam regularidade, mas que estão, na verdade, em gradual e constante mudança:

Dunas de areia são, aparentemente, regulares em forma e estrutura. Ainda assim, apresentam considerável variação em determinadas situações, além de também apresentarem gradiência e mudança com o passar do tempo. (...). A linguagem também é um fenômeno que exhibe estrutura e regularidade aparentes no que respeita à padronização e, ao mesmo tempo, apresenta variação considerável em todos os níveis².

Bybee compara as línguas humanas a dunas quando afirma que ambas compartilham formatos regulares, mas variam estruturalmente. Para a autora, o entendimento dos fenômenos estruturais e variáveis é alcançado quando olhamos para além da superfície e em direção às forças que impulsiona(ra)m tais estados. Uma sociedade que intencionalmente visa padronizar e solidificar uma língua, na tentativa de estabilização social, rejeita o caráter fluido inerente às línguas e às sociedades.

² No original: *Sand dunes have apparent regularities of shape and structure, yet they also exhibit considerable variation among individual instances, as well as gradience and change over time (...). Language is also a phenomenon that exhibits apparent structure and regularity of patterning while at the same time showing considerable variation at all levels* (BYBEE, 2010, p. 5)

A incansável busca por uma realidade sólida, remetendo à Bauman (2001), na qual se estabelece uma organização por meio de leis, parece clamar por rigidez social sob a prerrogativa de um bem-estar coletivo. Este bem-estar está atrelado à manutenção do *status quo* e à homogeneidade dos estados das coisas, enfraquecendo o poder das mudanças e das diversidades em prol de um conservadorismo constante. Analogamente, ao comparar os objetivos comuns aos indivíduos participantes da sociedade à prática do consumismo, o filósofo atenta à relevância da obediência de regras quando estas atendem aos interesses dos indivíduos que seguem as leis estabelecidas:

As multidões que enchem os corredores dos shopping centers se aproximam tanto quanto é concebível do ideal imaginário de “comunidade” que não conhece a diferença (mais exatamente, diferença que conte, diferença que requeira confronto diante da alteridade do outro, negociação, clarificação e acordo quanto ao *modus vivendi*). Por essa razão, essa comunidade não envolve negociações, nem esforço pela empatia, compreensão e concessões. Todo o mundo entre as paredes dos shopping centers pode supor com segurança que aqueles com que trombará ou pelos quais passará nos corredores vieram com o mesmo propósito, foram seduzidos pelas mesmas atrações (reconhecendo-as, portanto, como atrações) e são guiados e movidos pelos mesmos motivos. “Estar dentro” produz uma verdadeira comunidade de crentes, unificados tanto pelos fins quanto pelos meios, tanto pelos valores que estimam quanto pela lógica de conduta que seguem. Assim, uma viagem aos “espaços do consumo” é uma viagem à tão almejada comunidade que, como a própria experiência de ir às compras, está permanentemente “(BAUMAN, 2001, p. 96)

Na modernidade sólida, a sociedade ideal é organizada por leis, estabelecidas pelo exército da ética, que visa o bem-estar coletivo por meio da imposição de regras impulsionadas e patrocinadas pelas instituições sociais. A exacerbada valorização do conhecimento e da crença na razão passa a ser debatida nos espaços histórico-temporais onde a fluidez é iminente. Enfrentar e questionar as leis definidas pelas

camadas dominantes e para as camadas dominantes é resultado dos processos de conscientização daqueles e daquelas cujo acesso às liberdades é restringido.

Orwell, na obra *1984*, desenha uma associação comunitária com privilégios drasticamente reduzidos e ressalta, a partir de um contexto distópico, que a liberdade é afetada junto a um movimento de rejeição por parte dos detentores de poder. Conforme mencionado anteriormente, os detentores do poder seriam formados por uma elite treinada a seguir rotinas e regras à risca com vistas à manutenção da ordem. Bauman (2001) argumenta que àqueles que não pertencem a esses grupos, resta o papel de marionetes “em um mundo dividido entre administradores e administrados, projetistas e seguidores de projetos” (p. 53).

A realidade distópica de Orwell destaca o quão perversa pode ser uma sociedade no âmbito segregacionista e nos mostra os impasses formados diante da imposição de regras que apenas traz benefício a grupos selecionados. De forma análoga, a gramática perspectiva, quando apontada como o norte e único ponto de referência de uma língua, ganha atributos excludentes em uma sociedade que valoriza o bem-estar parcialmente coletivo. Vale-se, portanto, da prerrogativa de que o acesso a uma educação que privilegia a norma culta deva ser designado apenas a alguns, descartando aquilo (e, conseqüentemente, aquele/as) que não faz(em) parte desse privilégio.

O resultado diante das variedades linguísticas que se distanciam das leis projetadas nas gramáticas normativas administradoras é a deslegitimação de verdadeiras comunidades de fala. As reações indevidas diante do leque de variedades que se apresentam nas línguas revelam que passos significativos devem ser dados em direção à compreensão do conceito de variação, e da importância de licenciar todo enunciado como legítimo e parte do discurso (BAGNO, 1999; CRYSTAL, 2003; FARACO; 2017). Na sala de aula de ILA, tratar da variação, em diferentes contextos mundiais, é apresentar, através da perspectiva de outras culturas, a heterogeneidade inerente às relações humanas a fim de quebrar a imposição de padrões de pensamento e de comportamento. Os estereótipos, quando não enfrentados nos ambientes

escolares, são reforçados, fruto do distanciamento de realidades, do estabelecimento de padrões e da intrínseca homogeneidade. Desta forma, o modo de agir, de falar e de pensar os variados agrupamentos sociais se resume a interpretações estereotipadas. O mesmo se dá na língua, quando se decide apontar uma única forma de viver e debater as diferentes realidades.

A demanda que emerge dessa reflexão é a conscientização no que tange aos entendimentos de língua e variação, assuntos caros tanto ao aprendizado de L1 quanto de uma LA como a inglesa. O atual *status* do inglês como língua franca traz questionamentos quanto ao referencial de língua inglesa que o/as estudantes devem almejar. Se considerarmos os aspectos culturais compartilhados entre L1 e LA, no contexto brasileiro, e número de falantes, talvez Estados Unidos seja um ponto de referência. Porém, a quantidade de falantes não é condição *sine qua non* para que uma língua seja considerada global. O latim se tornou uma língua internacional durante o império Romano pelo poder do império e não pela quantidade de usuários da língua. Mesmo com a queda do império, o latim persistiu por séculos devido ao poder que exercia, majoritariamente atrelado à igreja católica (CRYSTAL, 2003).

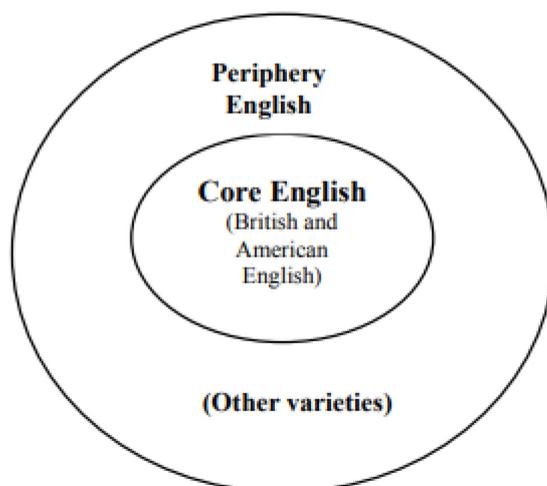
Na aquisição de uma língua, portanto, seguir uma referência em termos de léxico, pronúncia e formalidades sintáticas de uma única variedade parece ser um processo fortemente vinculado ao poder daqueles que a utilizam. Considerando os fatos apresentados, passo a dissertar, na próxima seção, sobre a importância de um letramento crítico na sala de ILA, com destaque para aspectos sociolinguísticos, especialmente no tocante às variedades da língua inglesa e à (in)existência de um modelo nativo como indicativo de proficiência.

4 A língua imaginária de uma espécie em extinção

As línguas são heterogêneas e, dentro de uma perspectiva que se afasta da conduta de práticas comunicativas singulares, entende-se que língua e variedades não são conceitos polarizados. Logo, na percepção datada do entendimento de língua,

Quirk (1962) concede às variedades britânica e americana o papel central na representação da língua inglesa:

Figura 1 — Inglês central e as variedades periféricas.



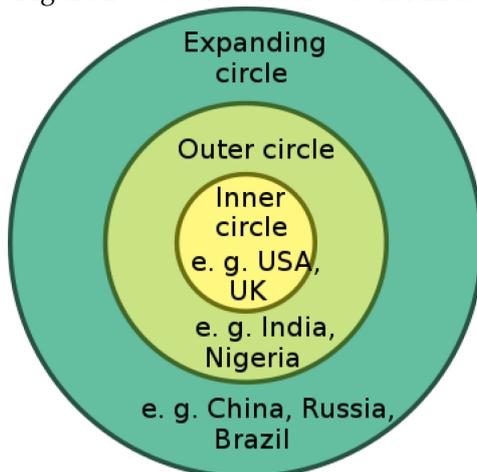
Fonte: Quirk (1962, p. 53).

Ressalta da imagem a noção limitada frente às diversas variedades do inglês. Sistemas linguísticos que não remetem à idealização estadunidense ou britânica, do plano central, se enquadram no que é literalmente designado como periférico, conforme mostra a figura 1³. Ainda que a representação de variedades do inglês (ou ingleses, termo a ser adotado daqui para frente) tenha sido feita há mais de 60 anos, ela ainda condiz com o que muito se entende do potencial internacionalizador do idioma.

Uma representação mais expansiva é oferecida por Kachru (1985), a seguir, que incorpora uma camada significativa ao círculo e credita uma noção mais globalizada da língua ao adicionar países em que o inglês é uma língua adicional, como o Brasil:

³ Vale destacar que Randolph Quirk, ao longo dos anos, apresenta novas versões desse círculo, com interpretações mais atualizadas e expansivas no que concerne às “outras variedades” (c.f. 1985).

Figura 2 — Os três círculos de Kachru.



Fonte: Kachru (1985, p.12).

No modelo de Kachru, os três círculos concêntricos focam na quantidade de falantes dos ingleses ilustrados. Assim, o círculo interior é composto por cerca de 400 milhões de falantes de inglês como língua nativa, exemplificado por Estados Unidos e Reino Unido. Por língua nativa, é do entendimento do autor aquela que é transmitida pela família, pela mídia e pela escola. Já o círculo exterior seria composto por falantes de inglês como segunda língua (ESL), *e.g.*, inglês utilizado como forma de comunicação, exemplificado por Índia e Nigéria. Por fim, o círculo que se encontra em expansão é composto por mais de 1 bilhão de pessoas. Braj Kachru inclui Brasil, China e Rússia como exemplos, pois seriam locais onde o inglês seria utilizado como língua franca e como língua estrangeira. Aqui, a língua teria, dentre outros papéis, funções diplomáticas ou científicas.

O maior prestígio é dado às variedades estadunidense e britânica, que, assim como Quirk (1962), estão no eixo central do círculo. Além de ser uma representação também muito restrita da língua global, o modelo de Kachru deixa de lado a possibilidade de os componentes de cada círculo pertencerem a outros. Conforme ressalta Moita Lopes (2008), “(...) o fluxo entre as fronteiras permite que um brasileiro, por exemplo, fale inglês como segunda língua e, até mesmo, como primeira, dependendo de seu nível educacional ou de sua exposição à língua” (p. 327). Atenta-se também para a provável necessidade de falantes do primeiro círculo terem de

adquirir sotaques globalizados para se comunicarem internacionalmente, nos levando a crer que “o chamado falante nativo foi, portanto, destronado” (GRADDOL *apud* MOITA LOPES, 2008, p. 329).

Diante dos cenários apresentados, a busca por uma “fluência nativa” perde seu propósito, uma vez que a noção de língua se distancia cada vez mais de uma visão ocupada por agenda hegemônicas. No tocante ao processo de aprendizado de língua inglesa, seguir um padrão supostamente nativo é desconsiderar verdadeiras manifestações da língua presentes em muitas variedades do idioma global. Se uma língua é um conjunto de variedades, os falantes têm múltiplas procedências regionais, históricas e sociais, podendo variar em faixa-etária, escolaridade, e muitos outros fatores significativos. A referência de um falar nativo, representativo de uma variedade, é, aparentemente, uma abstração. Assim, o termo “nativo” pode ser altamente questionável, haja vista a ausência de um conjunto homogêneo que designe cada língua. Rajagopalan (2006) e Moita Lopes (2008) argumentam que o falante nativo não existe no cotidiano e é, portanto, uma espécie em extinção, produto de uma imaginação teórica prescritivista, que desconsidera o *status* globalizado da língua inglesa. O inglês, por ser de todos e de todas, dentro da realidade plurilíngue e pluri-identitária que se coloca, ao que tudo indica, não seria a língua materna de ninguém.

5 Realidades plurilíngues e conservadorismo linguístico

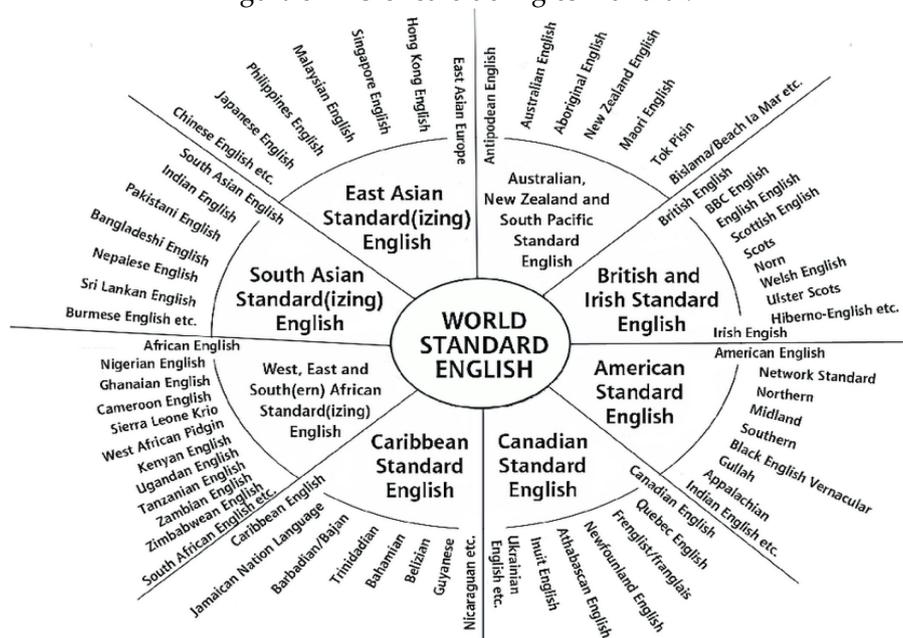
A língua imaginária desta espécie em extinção, como destacado na seção anterior, seria resultado de processos histórico-sociais, marcados por discursos e atividades que dão caráter de (des)prestígio a variadas formas de comunicação e que desconsideram as especificidades que definem as línguas (RAJAGOPALAN, 2006). A linguagem é uma atividade social regulada por contextos sociais e por ideologias subjacentes. Vivemos uma realidade plurilíngue na qual os indivíduos, cotidianamente, se valem dos sistemas linguísticos na criação de sentidos, repensando e desconstruindo conceitos enraizados de língua(gem). Parte-se, portanto, do princípio

de que não há só uma realidade a ser aprendida em apenas um espaço de tempo e em um ambiente homogêneo; o repertório linguístico se adapta de acordo com as exigências demandadas pelos contextos discursivo-pragmáticos.

Na sala de ILA, refletir a respeito do prestígio concedido a determinada variedade é conceber o/a aprendiz de uma língua como ser discursivo e atuante no mundo, que questiona o estabelecimento de papéis e de regras socialmente construídas (BAUMAN, 2001). Ao não atentar para a gama de variedades do inglês e reconhecê-las como legítimas do idioma, o aprendizado muitas vezes se resume à dicotomia americano *versus* britânico. Americano que, na verdade, é estadunidense, uma visão que já surte efeito incômodo por unificar todas as variedades do país, desconsiderando sua grande escala em termos territoriais e populacionais; e britânico, que, na verdade, unifica Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales em uma fala singular, que, supostamente, seria a variedade representativa de todo Reino Unido.

Ao tentar se aproximar de uma representação mais fidedigna, McArthur (1987) ilustra os ingleses do mundo de forma menos simplificada por reconhecer a difusão global da língua e as implicações desse movimento:

Figura 3 — O círculo do inglês mundial.



Fonte: Mc Arthur (1987, p. 11).

O modelo de McArthur confronta antigas representações, como a de Quirk (1962), e enfatiza a diversificação do uso de inglês, jogando luz sobre a heterogeneidade das línguas. Ademais, relativiza a centralização de ingleses padronizados e os novos contextos multilíngues, ratificando o argumento de Kachru (1985), ainda que reconheça a existência do falante nativo. Nas palavras do autor⁴,

A difusão global do inglês deu uma guinada interessante: os falantes nativos dessa língua parecem ter perdido a prerrogativa exclusiva de controlar sua padronização; aliás, se as estatísticas atuais servirem de algum indicativo, eles se tornaram uma minoria. Este fato sociolinguístico deve ser admitido, além de se fazer necessário o reconhecimento dessa implicação. No momento, precisamos é de novos paradigmas e novas perspectivas, tanto para a linguística quanto para a pesquisa pedagógica, além de também compreender a criatividade linguística em situações multilíngues interculturais. (KACHRU, 1985, p. 30, tradução minha)

Contudo, o modelo de McArthur ainda mostra uma perspectiva monocêntrica predominante, dado que algumas variedades representadas ainda tenham o centro do círculo como referência (OLAGBOYEGA, 2012).

Tais perspectivas afetam as aulas de ILA, pois podem levar a um viés educacional que prioriza uma fala homogênea, salienta uma cultura padrão e desconsidera a variabilidade do discurso proporcionada pelas línguas inglesas. Ressalta dessa reflexão a urgência em implementar trabalhos focados no esclarecimento e na conscientização dos encaminhamentos sociais que formam o cenário atual.

⁴No original: *The global diffusion of English has taken an interesting turn: the native speakers of this language seem to have lost the exclusive prerogative to control its standardization; in fact, if current statistics are any indication, they have become a minority. This sociolinguistics fact must be accepted and its implication recognized. What we need now are new paradigms and perspectives for linguistics and pedagogical research and for understanding the linguistic creativity in multilingual situations across cultures* (KACHRU, 1985, p. 30)

6 Letramento crítico nas aulas de ILA

Aprender sobre os aspectos que permeiam uma língua é um processo que vai além de estudar a cultura da qual ela faz parte; é também compreender que os indivíduos se valem da linguagem em suas práticas sociolinguísticas⁵. As manifestações presentes em cada enunciado não são neutras e envolvem escolhas, intencionais ou não, carregadas de processos ideológicos e políticos, com resultados que impactam o meio social em que vivemos.

O uso da linguagem é (re)moldado por forças institucionais, processos históricos e agendas políticas dominantes. A maior proximidade entre os países, proporcionada por fatores diversos, a destacar, a tecnologia, causa impactos nas relações sociais como resultado de um processo que visa atender a interesses específicos (ODLIN, 2003; CORREA, 2014). Ainda que o processo de globalização esteja atrelado à diluição de fronteiras e encurtamentos dos espaços com os avanços tecnológicos, ele fortalece os interesses comerciais dos grupos dominantes em um processo concomitante: diluição de alguns espaços e cristalização de outros. Em um mundo pós-guerra, onde os Estados Unidos passam a liderar as trocas comerciais, nos deparamos como uma realidade hegemônica dentro de um espaço globalizado. A cultura norte-americana, mais especificamente, estadunidense, é o centro de consumo e de criação de padrões. Considerando sua relevância como poderosa moeda de troca, a língua inglesa ganha *status* global e torna-se a língua franca do mundo (CRYSTAL 2003; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; HART, 2014; CHOMSKY, 2016). Portanto, fica evidente o uso da língua como ferramenta de transporte, com o poder de veicular ideologias que servem a propensões claras de determinadas camadas da sociedade. Ao atentarmos para o perigo de um conservadorismo linguístico na defesa ou propagação de um entendimento de inglês americano ou britânico como únicas

⁵ O termo “sociolinguístico/a” pode ser visto, neste contexto, como um pleonasma, visto que o aspecto social é inerente à língua (LABOV, 1973). Todavia, com o intuito de enfatizar o aspecto social da língua, optei pela formação do substantivo composto neste trabalho.

referências, entendemos como operam as práticas hegemônicas na sociedade, podendo absorvê-las ou confrontá-las. Quando concebemos o/a aprendiz de línguas como um ser discursivo em detrimento de ser somente um depósito de conteúdo, onde armazenam-se, exclusivamente, conhecimentos sistêmicos enviesados, entendemos que ela/e está envolvida/o em processos sociais. Conforme destacado ao longo deste artigo, cumprimos papéis sociais específicos na sociedade e seguimos regras socialmente estabelecidas que, por vezes, são refutadas. O indivíduo, com poder de ação e mudança na sociedade, conseqüentemente, questiona o porquê dos privilégios alocados a determinada variedade linguística como parâmetro, os julgamentos que precedem tal papel e os caminhos que a levaram a seu posto, para que possa, por fim, refletir em termos de (des)agrupamentos sociais.

O aprendizado de novos sistemas linguísticos traz consigo a aquisição de novas culturas e identidades, oferecendo a possibilidade de constatar diferentes realidades com base na multiplicidade de perspectivas. A humanidade compartilha aspectos entre si e as línguas nos mostram como estamos todos interconectados, ainda que cada língua tenha suas particularidades e idiossincrasias, como destaca Rodrigues (2014):

Toda linguagem humana é única na forma como codifica conhecimento e experiência, por ter sido moldada e remoldada, resultado da busca por uma maneira adequada de expressão de um complexo de representações mentais, altamente diversificado e variado. Idealmente, o verdadeiro entendimento da sociedade só é alcançado a partir do conhecimento de cada cultura e de cada sociedade. (*op.cit.*, p. 1, tradução minha)⁶

Aprender um idioma é um processo que vai além do aprendizado de uma nova cultura e da aquisição de novo repertório lexical; é também perceber que a humanidade se beneficia da exposição à diversidade cultural e às variadas formas de

⁶ *Every human language is unique in the way it codifies knowledge and experience, for it has been shaped and reshaped following the needs for the adequate expression of an extremely diversified and variable complex of mental representations. A true understanding of mankind can ideally be achieved only with the knowledge of every particular culture and society* (RODRIGUES, p. 1, 2014).

pensar um mesmo acontecimento, oferecendo aos indivíduos a possibilidade de manifestá-las com a consciência do impacto causado pelo seu discurso.

No âmbito das consequências provindas dos atos comunicativos cabe, portanto, ressaltar a importância do letramento crítico. Neste ponto, o aprendizado independe da língua em questão, pois a comunicação consciente é inerente ao estudo de línguas se as concebermos como verdadeiras manifestações ideológicas. Ao considerarmos todo e qualquer texto como atos políticos que dizem respeito ao mundo em que vivemos, destaca-se o trabalho crítico dos enunciados não só na (re) produção de significados, mas também na importância do diálogo ao longo do processo. Por diálogo, entende-se, aqui, uma concepção bakhtiniana e mais abrangente que a mera troca verbal:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. (BAKHTIN, 2012, p. 117)

Para Bakhtin, o diálogo é instrumento da resolução de assimetrias que decorrem da interação social, fomentando a negociação e a mediação dos conflitos que se fazem presentes no convívio social. Conforme destaca Scorsolini-Comin (2014), no diálogo não existe emissor e receptor, exclusivamente, mas também emergem da troca dialógica “as tendências básicas e constantes da recepção ativa do discurso de outrem, o que se mostra fundamental para a construção do diálogo” (p. 250). Logo, é justamente da aproximação de realidades e do diálogo que se dá a transformação. Sob a perspectiva bakhtiniana, a linguagem tem papel central e, a palavra, presente em todo ato comunicativo, acompanha a criação ideológica no que tange à interpretação do meio social, relacionando-se com o contexto e levando consigo significados que socialmente são dados a ela.

Consoante ao diálogo proporcionado neste texto, podemos constatar que os enunciados discursivos nunca são neutros, mas sim carregados de diferentes visões dos contextos presenciados, o que torna um texto resultado de vários pensares pelo fato de remeter a textos prévios. Cada manifestação linguística, inerentemente ideológica e política, se vale da (re)produção de significados e convida indivíduos a outras produções de significados. Ao invés de ser um instrumento de dominação, segregação e exclusão, de culturas, identidades, realidades e indivíduos, a troca pode servir a favor da transformação social, sobre a qual as realidades ocupadas por L1s, L2s, LEs, LAs e LGs, podem, dentro de suas particularidades, serem reconhecidas e validadas.

6 Considerações finais

A língua inglesa do falante nativo, aparentemente, se trata de uma abstração. Os processos históricos e sociais nos levam a crer que as circunstâncias atuais do *status* da língua inglesa, em seu aspecto global, reflete o domínio de uma variedade padrão que desconsidera a realidade pluricêntrica e multilinguística dos espaços. Neste artigo, foram destacados aspectos relevantes no tocante à importância dos contextos de aprendizagem de línguas nos quais a construção de significados parte dos membros do discurso. Desta forma, é preciso enfatizar que os eventos interacionais não ocorrem em um vácuo e que, portanto, são construções sociais que levam em consideração os papéis sociais de cada membro da sociedade. O aprendizado de ILA contribui para o processo educacional como um todo, indo muito além da aquisição de um conjunto de habilidades linguísticas. Um estudo que se vale do conhecimento sistêmico, perante as variedades linguísticas do inglês, atrelado ao conhecimento de mundo, oferece um cenário plural e abrangente, no qual o inglês, em seu *status* global como língua franca, tem poder tanto inclusivo como excludente no que respeita aos membros participantes da sociedade.

A partir do entendimento de que agir no mundo social mediante uma língua adicional é pluridimensional o papel do indivíduo no meio, torna-se incoerente a

concepção uniforme dos espaços comunicacionais. Prestigiar uma variedade apenas é homogeneizar um contexto que não condiz com a realidade e, dessa forma, faz-se necessário visar um aprendizado de línguas consciente, em que os letramentos crítico e político se façam presentes, considerando toda e qualquer variedade linguística como legítima.

Referências

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: edições Loyola, 1999.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. ed. Trad. M. Lahud; VIEIRA, Y. F. São Paulo: Hucitec, 2012.

BYBEE, J. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511750526>

BYBEE, J. *Language Change*. University of New Mexico: Cambridge University Press, 2015. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9781139096768>

CHOMSKY, N. **Globalization, Inequality and Political Alienation**. [Entrevista concedida a James Resnick]. Truthout, 2016. Disponível em: <https://truthout.org/articles/noam-chomsky-on-globalization-inequality-and-political-alienation/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

CORREA, D. A. **Política Linguística e ensino de línguas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

CRYSTAL, D. **English as a global language**. Cambridge: CUP, 2003. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511486999>

FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, C. A.; ZILLES, A.M. **Para conhecer norma linguística**. Contexto: São Paulo, 2017.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar**. 3ª ed. Londres: Edward Arnold, 2004.

HART, C. **Discourse, Grammar and Ideology: Functional and Cognitive Perspectives**. Nova York/ Londres: Bloomsbury, 2014.

KACHRU, B. B. Standards, codification and sociolinguistic realism: the English language in the outer circle. *In*: QUIRK, R.; WIDDOWSON, H. G. (ed.). **English in the world: Teaching and learning the language and literatures**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 11-30.

KEMMER, S; BARLOW, M. **Usage Based Models of Language**. Stanford: CSLI Publications, 1999.

LABOV, W. The boundaries of words and their meanings. *In*: **New ways of analyzing variation in English**. Washington DC: Georgetown University Press, 1973. p. 340-373.

MCARTHUR, T. **The English Languages?** English Today, 1987. DOI <https://doi.org/10.1017/S0266078400013511>

MOITA LOPES, L. P. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOITA LOPES, L. P. Inglês e globalização em uma epistemologia de fronteira: ideologia linguística para tempos híbridos. **DELTA**, v. 24, n 2, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/ghf3PYNYBkxXHskTwZ9QyBy/?lang=pt#>. Acesso em: 7 fev. 2023. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-44502008000200006>

NICOLAIDES, C. *et al.* **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

ODLIN, T. Cross-linguistic influence. *In*: DOUGHTY, C. J.; LONG, M. H. **The handbook of second language acquisition**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 436–486. DOI <https://doi.org/10.1002/9780470756492.ch15>

OLAGBOYEGA, K. W. Varieties of Modern English Language. **Intercultural Communication Studies**. v. 21, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www-s3-live.kent.edu/s3fs-root/s3fs-public/file/20KolawoleWaziriOlagboyega.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ORWELL, G. 1984. São Paulo: IBEP, 2003

QUIRK, R. **The use of English**. Londres: Pearson schools, 1962.

QUIRK, R.; GREENBOWN, S.; SVARTVICH, J. **A comprehensive grammar of the English language**. London: Longman, 1985.

RODRIGUES, A. D. Endangered languages in Brazil. **DELTA**, v. 30, n. sp., 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-445078233462133543>. Acesso em: 12 abr. 2023. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-445078233462133543>

SCORSOLINI-COMIN, F. Diálogo e dialogismo em Mikhail Bakhtin e Paulo Freire: contribuições para a educação a distância. **Educação em Revista**. v. 30, n. 3p. 245-266, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000300011>. Acesso em: 29 mar. 2023. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000300011>